

VIA DE “MÃO DUPLA” NA ONTOLOGIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Caio Graco Valle Cobério¹

Resumo: Os movimentos sociais surgiram ao longo do século XX por razões históricas que se caracterizaram por várias transformações nas relações econômicas e de poder, levando a uma nova forma de organização dos setores da sociedade em torno de interesses bem mais específicos. Nas teorias de interpretação sócio-histórica desses movimentos, coexistem as novas realidades com os novos modelos de leitura dessas realidades, gerando perspectivas díspares para o entendimento. Para compreender a ambos, traça-se uma abordagem ontológica e conceitual dos movimentos sociais, identificando que tanto as mudanças da realidade histórica quanto dos paradigmas das teorias que as interpretam conduzem a resultados contrários.

Palavras-chaves: movimentos sociais, trabalho, Marxismo, Estruturalismo.

Abstract: The social movements have emerged throughout the twentieth century for historical reasons that have been characterized by several changes in the economic and power relations. It has created new way of organization based in specifics interests, and there are many theoretical paradigms that result of different reality. I try to understand it making a ontological approach and indicating that as changes of reality as changes of theoretical paradigms produce opposite outcomes.

Keywords: social movements, labor, Marxism, Structuralism.

1. Introdução

De certo modo, pode-se considerar que a categoria de movimentos sociais está há muito consolidada na historiografia, com suas origens remontando ainda ao século XIX, quando foi criada, por volta de 1840, para designar o surgimento do movimento operário europeu. Mas, com o passar das décadas, foi ganhando novos significados e ampliando os horizontes da abordagem, de modo que, atualmente, a categoria de movimentos sociais está não somente em busca da renovação de sua própria definição, como, no entender dos argumentos que se seguem, tem levado a transformações na própria teoria da História, resultando em diferentes formas de (re)vê-la. No conjunto das diversas abordagens destacam-se nuances e rompimentos entre os pontos-de-vista teóricos e as mudanças reais do século XX, levantando problemas que suscitaram, mais uma vez, outros reposicionamentos, como parte para uma contribuição acerca dos movimentos sociais na história. No entanto, o texto se apóia na problematização dessas opções teórico-metodológicas para a abordagem dos movimentos sociais, visando o esclarecimento sobre as concepções que tratam do tema. Através de uma análise histórica e conceitual, tenta-se alcançar o nível ontológico mesmo, que funde o conhecimento e a própria realidade, para a compreensão daquilo que atualmente é denominado de “movimentos sociais”.

¹ Mestre em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina. Atualmente é formador-tutor do curso à distância de história oferecido pela Rede São Paulo de Formação Docente REDEFOR.

Pressupondo (ainda que hipoteticamente) que os movimentos sociais são parte de uma ontologia da História, pois através das principais categorias de análise que estão subjacentes aos diferentes modelos de interpretação e por meio da confrontação entre os (as) autores (as), aspira-se confirmar, se é correta ou não, a possibilidade de que o pensar sobre a categoria central de “movimentos sociais” implique em diferentes modos de se conceber a História, para além da análise particular dos movimentos em si.

2. As transformações históricas do século XX

Partimos da segunda metade do século XIX e da passagem deste para o século XX, num contexto em que nos deparamos com as formas originárias da afirmação do capitalismo industrial. Com as péssimas condições de vida que eram oferecidas aos trabalhadores nesta época, a sociedade capitalista de então somava um ritmo acelerado de acumulação e produtividade crescente (inaugurando o percurso do consumo em massa) à exploração extrema do trabalho, que induziu a uma forte bipolarização das classes sociais e consequentemente, a manifestação organizada dos trabalhadores pela conquista dos meios necessários à sobrevivência.

Esta sociedade há muito acostumada com a presença do Estado e seus instrumentos coercitivos (soldados, policiais, prisões, cobradores de impostos etc.), se encontrava em meio a intensas mudanças de alta complexidade operadas pela modernidade e pelo capitalismo. As previsões para o futuro apontavam para uma sociedade cada vez mais polarizada e sujeita às crises periódicas que levaria a sua destruição (Marx), mas também havia os que afirmavam que o capitalismo superava a si próprio, contornando as crises e diminuindo a pauperização com o aumento da classe média (Bernstein). A força do proletariado enquanto agente criador da nova sociedade concretizou-se na Revolução Bolchevique, na Rússia, em 1917, comprovando a existência das fortes contradições que afetavam o sistema capitalista e que forneciam, nos momentos de crise aguda, a chance para a destruição do capitalismo pela ação revolucionária dos trabalhadores (Lênin, Rosa Luxemburgo).

O capitalismo, no início do século XX, já era monopolista, dada a grande concentração do capital - superava a previsão do liberalismo clássico de uma situação de equilíbrio na livre concorrência -, transnacional - ultrapassava as fronteiras dos respectivos Estados nacionais embrionários (Inglaterra, EUA, Alemanha, França, Japão etc.) -, encontrando-se na fase imperialista e neocolonialista que iria provocar a Primeira Guerra Mundial e, em seguida, decorrente da força adquirida pelos regimes nazi-fascistas, a Segunda Guerra Mundial.

Esta fase, em que o capitalismo disputa o lugar primordial de projeto de modernidade com o espectro da sua própria destruição (para a construção de uma nova sociedade), assiste a formação de uma superestrutura com seus aparatos técnico-científicos, ideológicos e institucionais. O campo da racionalização da produção e da organização do trabalho esteve centrado na automatização, através de uma planificação objetiva sobre o tempo de trabalho gasto em cada operação, visando à aceleração incessante da produtividade. A “organização científica do trabalho” postulando *the one best way* para cada tipo de operação e racionalizando assim tanto a base material da produção quanto os próprios gestos humanos, criou os critérios para definir os rendimentos dos trabalhadores. O domínio do modelo chamado fordismo-taylorismo constituiu-se no mais elevado grau de expressão dessa concepção na qual o trabalho é visto como uma função fisiológica:

A idéia de que o trabalho não passa de uma sucessão de movimentos elementares de duração mensurável, que essa duração é seu único aspecto significativo, só tem sentido se aceita o seguinte postulado: o de que o operário na fábrica capitalista deve ser transformado integralmente em apêndice da máquina. Tal como para uma máquina, o tempo total de uma operação não é mais do que a soma dos ‘tempos elementares’ dos movimentos aos quais é possível, em mecânica, decompor essa operação. Tal como a máquina, o operário não tem e não deve ter traços pessoais; ou, mais exatamente, tal como a máquina, seus traços pessoais são considerados como acidentes irracionais a eliminar (CASTORIADIS, 1985: 105).

O capitalismo liberal em questão, cujas bases haviam sido lançadas por Adam Smith e o iluminismo escocês, ambos se decompõe no desenvolvimento sem precedentes do mercado. Manifesta-se no surto vertiginoso da industrialização, na importância das velhas cidades comerciais e dos novos centros industriais. O princípio politicamente eficaz do *laissez-faire* sustenta um Estado que gira em torno das necessidades de dominação política e das exigências da acumulação de capital (SANTOS, 1995: 80 e 81).

No período pós - Segunda Guerra, alterações significativas vão ocorrer. O Estado capitalista na sua configuração assistencial-previdenciária – o *Welfare State* - se instala nas sociedades avançadas. Dentro deste processo, aquele Estado liberal percebido como executor dos interesses de classe e reduzido a “comitê executivo da burguesia” mostra-se insuficiente para abarcar toda a complexidade das contradições entre as classes sociais. As diversas funções do Estado, qualquer que seja sua natureza, acompanham as novas relações econômicas, derivando num novo papel para o Estado que continua sendo capitalista (O’DONNELL, 1980 in: JACOBI, 1993: 4), mas não é diretamente dos capitalistas e que não pode mais ser concebido como

(...) uma entidade monolítica a serviço de um projeto político invariável, mas deve ser visualizado como um sistema em permanente fluxo, internamente diferenciado, sobre o qual repercutem também diferencialmente demandas e contradições da sociedade civil (OSZLAK, 1980 in: JACOBI, 1993: 5).

Este período, que é denominado de capitalismo organizado, caracteriza-se pela passagem da cidadania cívica e política para a “cidadania social”, isto é, “a conquista de significativos direitos sociais, no domínio das relações de trabalho, da segurança social, da saúde, da educação e da habitação por parte das classes trabalhadoras” (SANTOS, 1995: 244), principalmente, nos países centrais. A realização com plenitude dos direitos sociais, tendo como referência as classes trabalhadoras, é que constitui o Estado-Providência e o maior equilíbrio entre o Estado e o Mercado, estabelecido em função das exigências e demandas sociais originou o capitalismo organizado, como uma nova forma de exploração capitalista.

Essa situação perdura até o final dos anos sessenta, quando se dão a crise do Estado-Providência e as rebeliões lideradas pelo movimento estudantil. O fortalecimento da máquina burocrático-estatal para atender as demandas da cidadania social levou a uma contradição, tanto dentro da natureza predatória de manutenção dos elevados gastos do Estado, quanto dentro da natureza regulatória sobre a sociedade, direcionada unicamente para a produção e o consumo, com perda da expressão subjetiva e autônoma. A instalação definitiva de outra maneira de “organização científica do trabalho” – o toyotismo – proporcionou a superação inexorável do modelo fordista-taylorista:

A crise do regime fordista e das instituições sociais e políticas em que ele se traduziu [o Estado-Providência e o “capitalismo organizado”] assentou, em primeira linha, numa dupla crise de natureza econômico-política, na crise da rentabilidade do capital perante a relação produtividade-salários indiretos, e na crise da regulação nacional, que geria eficazmente até então essas relações, perante a internacionalização dos mercados e a transnacionalização da produção. Como esta regulação estava centrada no Estado nacional, a sua crise foi também a crise do Estado nacional perante a globalização da economia e as instituições que se desenvolveram com ela (as empresas multinacionais, o Fundo Monetário Internacional, O Banco Mundial) (SANTOS, 1995: 248).

O término do capitalismo organizado trouxe o retorno do domínio do mercado sobre o Estado e a sociedade, forçando a transição para um Estado mínimo, não-regulador, instaurado em países centrais, como a Inglaterra e EUA, através de políticas neoliberais, respectivamente, de Margareth Thatcher e Ronald Reagan.

Com o *Welfare State*, a polarização entre o Estado capitalista e os trabalhadores começara a dissolver-se, pois, a partir dali, as funções e espaços que eram socializados pelo Estado também eram custeados pela acumulação capitalista privada. Nesse sentido ocorre uma “socialização da política”:

(...) por um lado, interesses e questões que antes pertenciam exclusivamente ao domínio privado das relações, referidos portanto ao mundo doméstico ou ao mercado, como o lixo caseiro, o cuidado com os filhos, a questão salarial, a fixação de preços etc., acabam migrando para a esfera pública à espera de regulamentação; por outro lado, questões abrangentes como políticas estratégicas de segurança nacional ou medidas de política econômica, antes pertencentes somente à esfera pública, há muito passam a atravessar o cotidiano do cidadão comum (DOIMO, 1995: 55).

Paralelamente ao processo de “socialização política”, os desafios colocados pela década de 1960 geraram a busca de mais soluções capitalistas, como a “difusão social da produção”. Esta é, em primeiro lugar, a (re)industrialização dos países periféricos por meio das medidas de descentralização e transnacionalização do capital dos países centrais. Entre outras conseqüências, possibilitou a ampliação do mercado de trabalho, desequilibrou as diferentes relações salariais e estimulou a concorrência entre os âmbitos local, regional e nacional, por investimentos. A “difusão social da produção” atuou, em segundo lugar, na despolitização/naturalização dos imperativos econômicos das multinacionais, provocando a desnacionalização da economia e a disputa entre blocos. Em terceiro lugar, tal processo causou a fusão das esferas da produção e da reprodução, eliminando as diferenças entre espaços de trabalho e outros espaços que antes eram exclusivos à reprodução social (espaço doméstico), entre o tempo de trabalho e o tempo vital, entre força produtiva e força do trabalhador (SANTOS, 1995: 251-253).

Outra resposta da reestruturação do capital foi o “isolamento político das classes trabalhadoras na produção”, ou seja, a transformação do operário em mera força de trabalho, através das estratégias de flexibilização produtiva e precarização dos salários. Trabalho temporário ou domiciliar, subcontratação, heterogenização das relações salariais, fragmentação dos mercados de trabalho e do operariado, visam sujeitar os ritmos de reprodução social aos ritmos da produção e dificultar a negociação coletiva e a organização sindical. Os operários deixam de ser classe e são, apenas, força de trabalho (SANTOS, 1995: 253 e 254).

3. Alterações no paradigma das ciências sociais

As Ciências Sociais (compreendidas em um campo abrangente que inclui os estudos de diferentes áreas tais como a teoria da linguagem, antropologia, sociologia, história, psicanálise, crítica literária, filosofia etc.) passaram por transformações que podem ser consideradas ultra-radicais e abruptas, ao longo do século XX. Tal mudança, reconhecida pela denominação genérica de “virada linguística”, expressa uma série de rupturas com os modelos de interpretação válidos no início do século XX e herdeiros dos grandes matizes do século XIX, da modernidade.

TABELA 1 - Programa de Métodos

SÉCULO XIX	VIRADA LINGUÍSTICA
SENTIDO	SIGNO
TEMPO	ESPAÇO
SUJEITO	OBJETO
CONTEÚDO	RELAÇÃO
NATUREZA	CULTURA

FONTE: (Adaptado de DOSSE, 2007).

Um dos centros dessa mudança foi o surgimento do estruturalismo, que ambicionava tornar-se um amplo programa para o entendimento e a construção do conhecimento, aplicável a diversos saberes. Seu impacto maior se deu na superação da primazia do sujeito e da razão como princípios para a inteligibilidade universal. Num momento de crise das análises científicas sobre a sociedade, tornou-se um método rigoroso cujo fim era o de afirmar determinados avanços já manifestos nas Ciências Sociais, suplantando o instrumental analítico do paradigma anterior, como foi exemplificado na tabela 1.

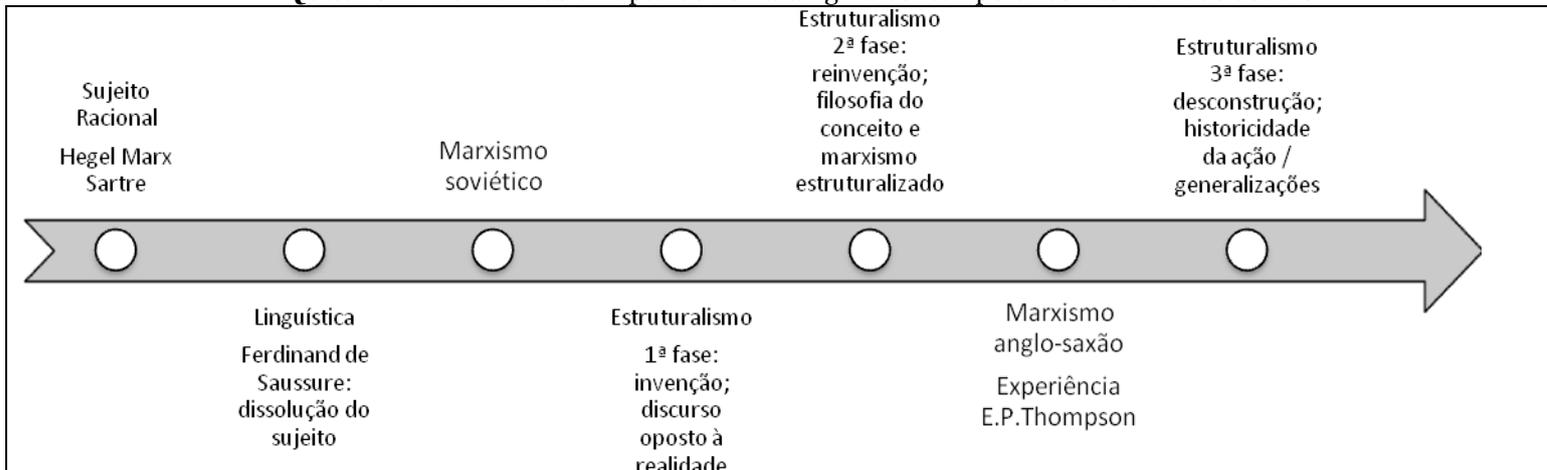
Sua fonte primordial foi a linguística desenvolvida pelo pensador suíço Ferdinand de Saussure, e teorizada por Roman Jakobson, nos anos quarenta do século XX, quando se postularam algumas idéias centrais: 1) que o objetivo das ciências humanas é de estudar os sistemas formais; 2) que a “língua” é um sistema preexistente, privilegiando a dimensão sincrônica dos fenômenos; 3) que ela [a língua] é um fenômeno social à revelia do sujeito que a usa, evidenciando uma realidade que não é imediatamente visível. Assim, a linguística tornava-se a ciência-piloto para a aquisição do conhecimento nas Ciências Sociais em geral. François Dosse (2007) alerta para o perigo do reducionismo na compreensão desta que, no seu entender, foi uma das maiores invenções intelectuais do século XX e que, para compreendê-la, do que há por detrás do rótulo “estruturalista”, é necessária uma reconstituição complexa, atenta à pluralidade de abordagens, de objetos e disciplinas. Segundo ele, nas diversas formas de aplicação do estruturalismo no campo das Ciências Sociais,

(...) é possível efetuar uma distinção que não oculte as fronteiras disciplinares: de um lado, um estruturalismo científico, representado principalmente por Claude Lévi-Strauss, Algirdas-Julien Greimas ou Jacques Lacan e envolvendo ao mesmo tempo, portanto, a antropologia, a semi-ótica e a psicanálise; e de outro, contíguo a essa busca da Lei, um estruturalismo mais flexível, mais ondulante e cambiante, com Roland Barthes, Gérard Genette, Tzvetan Todorov ou Michel Serres, e que se poderia qualificar de estruturalismo semiológico. Enfim, também existe um estruturalismo historicizado ou epistêmico, no qual se encontrariam inseridos Louis Althusser, Pierre Bourdieu, Michel Foucault, Jacques Derrida, Jean-Pierre Vernant e, mais amplamente a terceira geração dos Annales (DOSSE, 2007: 25 e 26).

A postura “rebelde” do estruturalismo, como corte epistemológico com o real, foi de contestação e contracultura: rompimento com a catástrofe da Civilização Ocidental na Segunda Guerra Mundial, com os desvios do socialismo real, com o academicismo reinante, enfim, foi depositário de variada gama de correntes do pensamento. Contudo, apesar de sua posição de destaque, o estruturalismo não foi a única ruptura de sua época. Não somente na história intelectual francesa, mas também em outras nacionalidades, operavam-se mudanças, com proeminência para o marxismo anglo-saxão, oriundo de dissidências com as versões oficiais do comunismo em voga, notadamente, o soviético. O quadro 1 representa uma síntese na linha do tempo das possíveis transformações ocorridas nos paradigmas das Ciências Sociais, durante o decorrer do século vinte.

Com o fito de não cair do reducionismo alertado por F. Dosse, vale lembrar que não se propõe aqui a uma análise minuciosa do estruturalismo, quanto mais das outras muitas tendências que apareceram no horizonte das Ciências Sociais (CS), até os dias atuais, inclusive as “pós-estruturalistas”, que nem foram citadas. O que se pretende é demonstrar uma indubitável diversificação e ramificação de novas teorias, que tomaram conta dos paradigmas das CS, que se tornaram predominantes e que, na atualidade, denotam a complexidade de influências de análises, que podem sofrer os estudos dos movimentos sociais.

Quadro 1 - Tendências e Rupturas do Paradigma Contemporâneo das Ciências Sociais



FONTE: (Adaptado de DOSSE, 2007).

4. Problematicando o conceito de “movimentos sociais”

Feitas as devidas observações sobre alguns dos referenciais necessários para a explicação das mudanças ocorridas, tanto ao nível da realidade histórica, propriamente dita, quanto ao nível (separado, mas não desvinculado desse) analítico/metodológico do paradigma das CS, deparamo-nos com um conceito cuja problematização se faz fundamental, pois os estágios atuais de pesquisa nesse campo são praticamente concordantes ao considerarem que não há como negligenciar as profundas reavaliações que deram outros contornos e rumos para o conhecimento dos movimentos sociais.

Partindo desta dupla orientação que se define para a problematização – poderia, talvez, ser unitariamente chamada de “histórico-paradigmática” –, é possível encontrar dois padrões distintos que permitem classificar os movimentos sociais em relação às mudanças que ocorreram neles e sobre eles.

Geralmente, uma das principais e mais comuns maneiras de se classificar os movimentos sociais é dividindo-os entre “velhos” e “novos”. Fora a análise de Hobsbawm (1970), que buscou dar consistência ao movimento das classes trabalhadoras identificando-o como moderno (dentro de uma racionalidade organizativa), enquanto os velhos movimentos eram os “arcaicos” ou “pré-políticos” (não se inseriam na racionalidade organizativa), a tendência geral de análise é, precisamente, oposta a esta. No geral, nas tendências atuais de análise, “velhos” movimentos sociais são os movimentos operários, advindos de uma racionalidade organizativa, e dotados de exclusividade nas interpretações, aproximadamente, até o início dos anos sessenta:

(...) movimento social significava referir-se à suposta virtualidade revolucionária do proletariado – entendido como classe determinada pelas relações capitalistas de exploração do trabalho pelo capital – e acreditar em sua organização, isto é, diagnósticos claramente baseados em premissas científicas, metas previamente definidas, além de regras e normas dotadas de eficiência para o alcance dos objetivos táticos e estratégicos. Os sindicatos e os partidos políticos de orientação socialista e comunista representariam, nessa perspectiva, a forma mais acabada desse tipo de organização (DOIMO, 1995: 39).

As antinomias entre movimentos do tipo “pré-político” e “políticos” começam a ruir, com as rápidas mudanças no final dos anos sessenta (na estrutura produtiva, na institucionalização do conflito de classes, na crise da racionalidade), fazendo emergir diante do “velho” movimento social (movimento operário, sindicatos, partidos, movimentos agrários), os “novos” movimentos sociais (de gênero, ecológicos, pacifistas, étnico, nacionalistas etc.).

Paralelamente a essas mudanças históricas nas formas da organização social, que estabeleceram a divisão entre “velhos” e “novos” movimentos sociais, houve a mudança também na forma de concebê-los, por diferentes categorias de análise. Assim como o “velho” movimento social trazia consigo uma teia conceitual, profundamente enraizada no marxismo, os “novos” movimentos sociais trouxeram aquelas categorias que se formaram na reação contra o primado do sujeito racional, concretizadas com a afirmação do estruturalismo e demais tendências subjacentes. Portanto, as mudanças históricas que ocorreram foram, concomitantemente, acompanhadas de mudanças nas formas de concebê-las, ocasionando uma “dupla transformação”. Esta questão é que pretendemos discutir, perguntando até que ponto as novas maneiras em que se organizam os movimentos sociais, somados à

interpretação ocorrida pela ruptura no paradigma das CS, representam apenas mais uma diferenciação teórico-metodológica ou se buscam introduzir uma nova ontologia para a História e, sendo assim, quais são suas conseqüências. Como procedimento para responder tal questão, será levantado a seguir um conjunto de abordagens, similares ou não, de autores e autoras, antigos e atuais, que trouxeram e trazem contribuições para o estudo dos movimentos sociais. Prefiguramos que o conceito de movimentos sociais é (multi)definível através de categorias de análise diversas, que serão realçadas, visando desvelar critérios, de método e, possivelmente, subsunções ontológicas.

5. As categorias de análise

A análise original de Marx, sustentada na luta de classes, sugere várias categorias para a compreensão da ação, dentre as quais se relevam: a transformação social; a ideologia como elemento de dominação/libertação de classe; a organização classista e, principalmente, a práxis, entendida como a natureza da ação para a transformação (a dinâmica do movimento). Esta práxis em Marx pode ser concebida parcialmente como: práxis que se realiza em conexão com a atividade teórica, quando a teoria, operando crítica e eficazmente sobre a realidade, permite a libertação da classe dominada; práxis que se realiza através da atividade produtiva, quando se superam as formas alienadas do trabalho, humanizando-o; práxis que se realiza por meio da atividade política, quando media a realização de seu projeto ideológico através de um partido de classe (SCHERER-WARREN, 1989: 23-35).

Da matriz marxista depreendem outros escritos de autores históricos clássicos que contribuíram teoricamente sobre esse primeiro momento dos movimentos sociais. Lênin enfatizava a necessidade de organização e da existência de uma vanguarda para conduzirem a práxis, por meio de uma dialética, entre teoria e prática revolucionárias; para ele, o agir político deveria implicar no conhecimento da totalidade das relações inter-classes e da posição relativa do proletariado nessas relações, devendo nelas estar engajado. Em Lukács, encontrava-se uma polêmica contra a ortodoxia do determinismo econômico, pois ele examinou o fenômeno da reificação do proletariado sob a forma de fetiche da mercadoria, entendendo que era a auto-análise subjetiva do proletariado que o fazia entender-se como coisa, no capitalismo, assim como a superação deste estado de coisas, se manifestava numa consciência de classe: o proletariado é sujeito-objeto idêntico na História e, o conhecimento da totalidade, é de grande importância na passagem da auto-avaliação do proletariado, como agente econômico, para a percepção de sua condição como agente político, em um projeto de transformação, mediado pelo partido. Antônio Gramsci destacava o papel da cultura e da ideologia na transformação da estrutura social, aprofundando na cultura popular e na dialética entre o intelectual e a massa: a ação da filosofia crítica sobre a filosofia espontânea (senso comum, folclore, linguagem, religião popular) resultaria na filosofia da práxis como projeto de futuro e a passagem, do movimento econômico para o movimento ético-político, deveria ser o processo de construção de uma cultura nova, através da dialética intelectual-massa (SCHERER-WARREN, 1989: 41-74).

Saindo do campo dos matizes formadores de cunho marxista, passemos ao das teorias contemporâneas mais recentes, nas quais estão presentes as influências trazidas pelo corte epistemológico, da segunda metade do século XX. Em algumas delas não houve, necessariamente, uma ruptura total com os modelos precedentes da teoria marxista, mas são

feitas revisões e introduzidos novos conceitos. Em outras, são percebidas não só a ruptura total com o marxismo, mas também a sua crítica.

Ernesto Laclau buscou recuperar, no marxismo, a dimensão político-ideológica dos movimentos sociais, com influências de Gramsci e Althusser. Desse modo, as classes sociais existem ao nível de articulação - e não de redução -, determinadas pelas relações de produção. Há uma contradição dominante no modo de produção, que se deriva na luta de classes, mas também há contradição na formação social concreta, campo específico da luta popular-democrática. Quando os setores populares se opõem ao bloco dominante, existem classes em luta (não luta de classes), apesar de que, para Laclau, os movimentos não-classistas (populares-democráticos) devem se “articular” com os classistas, para consolidarem um projeto de transformação (SCHERER-WARREN, 1989: 77-83).

Ralf Dahrendorf estabeleceu um elo, entre a dialética de Marx e a teoria do sistema de Talcott Parsons, resultando na sua chamada “Teoria do Conflito”. Segundo esta, assim como toda a sociedade pressupõe o consenso e a integração, também pressupõe a autoridade, a coerção e o conflito, entre os grupos, que são submetidos uns aos outros. As mudanças sociais advêm destes conflitos, que se estabelecem em uma relação dicotômica entre grupos de interesses – dominante e dominado –, que possuem estrutura, organização, programa, objetivo e equipe de membros, no interior de “associações imperativamente coordenadas”. Estas associações abarcam minigrupos (socialmente limitados) e macrogrupos (globais), mas apenas em sociedades industriais, consideradas democráticas e com abertura política suficiente para abarcar tais conflitos antagônicos (SCHERER-WARREN, 1989: 83-90).

Para Alain Touraine, os movimentos sociais são os mais importantes comportamentos coletivos, agindo como forças centrais que, lutando entre si, buscam pelas diretrizes da “auto-produção” social e seus mecanismos: a historicidade, o conjunto de orientações culturais produzidas pelo Homem – um conhecimento, um investimento ou uma acumulação –, ou um modelo cultural, propriamente dito. A sociedade é um campo de conflito entre os que se apropriam da historicidade e os que a contestam (lutando pela reapropriação coletiva dela). Há uma dupla dialética entre classe dirigente/classe contestatória e entre classe dominante/classe dominada, se situando as classes no campo cultural e no das relações de produção, de forma que os agentes são políticos, mas também econômicos. A ideologia dos grupos sociais é constituída por uma multiplicidade de relações sociais, e a consciência de classe tem uma história. Esta última idéia justifica o fato, de hoje, das principais contestações se darem no campo da cultura (SCHERER-WARREN, 1989: 90-100).

Felix Guattari faz uma revisão crítica de Freud e Marx, descrevendo uma estratégia associativa entre liberação dos desejos e luta de classes. Opõe-se à totalidade marxista e aos movimentos operários tradicionais, compreendendo o capitalismo como um sistema que não se limita à esfera da produção, mas que coage os indivíduos ao nível do desejo. Sua “revolução molecular” visa, fundamentalmente, à possibilidade de reação junto aos diversos grupos que existem nas inter-relações entre as classes, que se constituem na atual força de transformação social. A liberação dos desejos nos diversos níveis de luta cria uma nova práxis, de transformações em todos os níveis, que, multiplicadas ao “infinito” e articuladas às lutas de interesses políticos e sociais, através de movimentos de base diagramáticos (que validem as realidades contingentes e as singularidades da ordem do desejo), viabiliza a revolução. Essa práxis transformadora deve buscar efeitos imediatos, simultaneamente, nos desejos e nas classes (SCHERER-WARREN, 1989: 100-110).

Cornelius Castoriadis rompeu com o marxismo ortodoxo, enfatizando que o projeto de transformação radical da sociedade contemporânea se apóia na ação dos movimentos particulares de libertação, em oposição aos grandes movimentos libertários da Humanidade. A sociedade autônoma do futuro é fruto de sua “auto-instituição”, ou seja, é resultado de uma práxis dos homens, que envolvem o saber e o fazer, de modo que a coletividade assuma seu próprio discurso e seu modo de realizar o social. O projeto de transformação do real não é apenas ideológico – justificado racionalmente para a consciência do sujeito – mas, principalmente, imaginário – representado criativamente de forma indeterminada (SCHERER-WARREN, 1989: 110-120).

No conjunto das análises sobre os movimentos sociais no Brasil, algumas características e conceitos imprescindíveis devem ser sublinhados. Ana M. Doimo reitera que as reflexões no Brasil partiram de questões abrangentes, como a natureza dos novos movimentos, suas possibilidades de sobrevivência e continuidade, os limites e eficácias dessas práticas. Os estudos percorreram diferentes caminhos teórico-metodológicos, com proposições que se intercambiavam ou se excluía, configurando em “nebuloso matizado”, difícil de definirem as fronteiras. Mesmo assim, destaca três matizes interpretativos: a inflexão estrutural-autonomista, centrada nas contradições urbanas e na capacidade de organização autônoma da sociedade civil; a inflexão cultural-autonomista, crítica da noção de sujeito único em substituição da qual propõe a “pluralidade dos sujeitos” e os “novos significados da experiência”; e a inflexão do “enfoque institucional”, orientada pelo binômio autonomia/institucionalização, inserindo as novas formas de participação num quadro de demandas, recusas, alianças, pactos e conflitos internos, interados com a ampliação da função do Estado sobre a sociedade (DOIMO, 1995: 47-49).

Éder Sader, se inspirando nos movimentos populares de contestação no período do regime militar (o movimento grevista no ABC em 1978 e o 1º de maio de 1980), mostra a revalorização das práticas sociais do cotidiano popular, em que pequenos movimentos fazem emergir um sujeito coletivo de visibilidade pública, expressando resistência, autonomia e criatividade, polarizando a sociedade civil e o Estado. Sader recusa como compreensível as relações entre os movimentos e as “características estruturais”, ou os “traços conjunturais”, confirmando a alteração de posições e significados na sociedade, que se mostravam tanto nas categorias do pensamento quanto nas orientações das ações sociais. O autor foi levado ao estudo por meio de uma espécie de “teoria dos processos de atribuição de significados”, constituída em relação à elaboração cultural das necessidades e aos interesses da coletividade que correspondem à suas ações sociais, mediante a experiência vivida das condições dadas: a valorização dos sujeitos sociais em detrimento da análise “objetivista”, a configuração social da classe através do movimento da reprodução da objetividade que se representa em condições de existência dependentes da elaboração “subjetiva” e a noção de sujeito, vinculada a um projeto autônomo e uma identidade discursiva, tornam-se suas principais ferramentas de investigação (SADER, 1988: 25-57).

Outra categoria que vem sendo muito debatida por autores brasileiros é a de cultura política. Em grande parte motivada pelas transformações ocorridas no cenário político brasileiro, na década de 1980, com a transição da ditadura militar para o regime democrático, esta categoria de análise pretende avaliar com profundidade o grau de interferência dos movimentos sociais, criando ou transformando as representações institucionais da sociedade:

Cada sociedade é marcada por uma cultura política dominante. (...) definimos cultura política como a construção social particular em cada sociedade do que conta como “político” (...). Desse modo, a cultura política é o domínio de práticas e instituições, retiradas da totalidade da realidade social, que historicamente vêm a ser consideradas como propriamente políticas (ALVAREZ, 2000: 25).

Entre outras palavras, a “cultura política”, definidora do poder social dominante, é desafiada constantemente pelos movimentos sociais, que se valem da “política cultural”, visando desestabilizar aquela, através de um processo no qual o conjunto dos atores sociais nele envolvido representam significados e práticas culturais conflituosas. Abre-se o caminho para a discussão da construção/apropriação dos espaços públicos pelos movimentos sociais; nos movimentos populares urbanos, chegou-se a discutir, em um exemplo específico ocorrido na cidade de Porto Alegre, o impacto do orçamento participativo na cultura política; o debate no interior dos movimentos negros, oscilando entre o que seria político, diferente do cultural, ilustra o esforço de pensar estratégias de enfrentamento da cultura política, particularmente no campo da formação das identidades no Brasil (CUNHA, 2000).

Duas referências de autores norte-americanos também trazem contribuições para a reflexão sobre a análise dos movimentos sociais. A primeira delas é a de James Scott (2002) que, a partir do estudo de uma aldeia de camponeses malasianos e centrada na categoria de resistência, valoriza os aspectos cotidianos da vida desses trabalhadores, considerando, inclusive, que aí esteja a principal esfera da ação e expressão política dos camponeses, na qual se encontram as lutas mais vitais. Dentre outras características, essas formas de resistência não necessitam de organização ou planejamento, proporcionam uma “auto-ajuda individual” e evitam o confronto aberto contra o Estado ou contra as elites. A segunda referência é a de Joan W. Scott (1998) que, movida pelo interesse na organização dos homossexuais, se apropria da categoria de experiência, criticando-a, tal como fora formulada pelos historiadores culturais britânicos e em especial E. Thompson: no momento em que desvincula a experiência de qualquer determinação da esfera produtiva, propõe a percepção daquilo que se dá, para além da experiência visível, ou seja, da “invisibilidade da experiência” que se acha nas relações entre a história e a linguagem. Ela se utiliza de um conceito de experiência que surgiu “no bojo da crítica ao empirismo; diferentemente do ‘fato bruto’ ou ‘realidade em si’, suas conotações são mais variadas e evasivas” (SCOTT, 1998: 305).

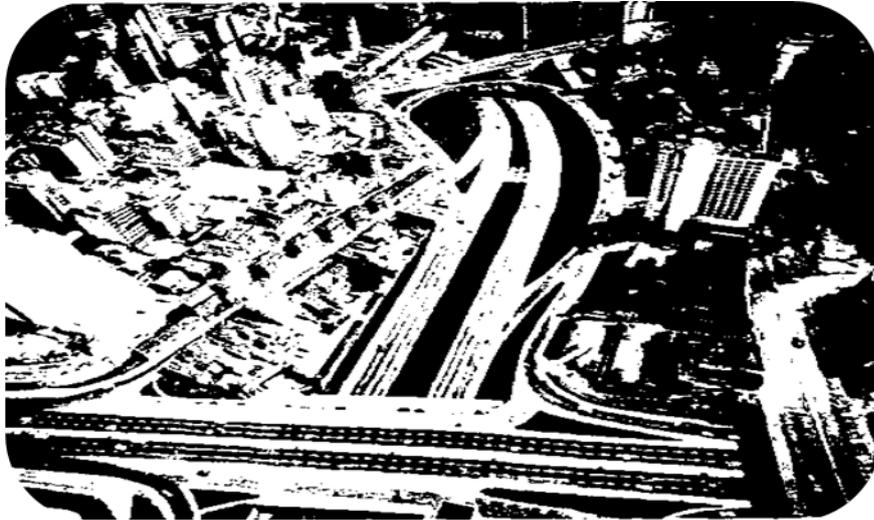
Por fim, a categoria de rede, que é defendida pela autora brasileira Ilse Scherer-Warren, para o estudo das ações coletivas e movimentos sociais, vem se constituindo, recentemente, como um modelo de análise bastante utilizado, com significados diversos descobertos em um amplo campo interdisciplinar, que engloba a geografia, a administração, a sociologia, a economia, a antropologia, a psicologia, entre outras, só para citar dentre as Ciências Humanas. Considerando que o termo pode ser entendido como uma metodologia de análise científica, teoria substantiva ou rede técnica, contudo, é como estratégia de ação coletiva, quer dizer, como conceito prepositivo de atores coletivos e movimentos sociais, que ele aqui nos interessa. Neste uso, o termo comporta uma nova forma de organização e ação, uma nova visão do processo de mudança social, com significados ideológicos e simbólicos, causadores de resultados sociais e políticos que devem ser apreendidos. A rede, como uma das novas formas de auto-organização e de relacionamento inter-organizacional, proposto pelos atores coletivos, interessados na transformação social, pressupõe tanto a construção de uma utopia democrática com relações políticas horizontalizadas, respeito à diversidade

cultural e pluralismo ideológico, quanto à conexão de interesses locais, regionais e até globais.

6. A via de mão dupla

Seria impossível com a análise anterior determinar um sentido único para as mudanças e as teorizações dos movimentos sociais. Com uma visão de síntese, seria necessário no mínimo, detectar dois sentidos principais que atravessam os alicerces das interpretações. Organizados, paradoxalmente, esses sentidos parecem estar opostos, cada um voltado para uma direção, conduzindo a destinos diferentes. Como uma via de mão dupla, mas não uma via isolada e sem movimento; trata-se de uma via de mão dupla, cortada por outras vias, com cruzamentos, bifurcações e acessos laterais, cujo tráfego é orientado para muitas direções, dependendo do destino que se deseja chegar. Talvez fosse melhor comparar com um grande complexo viário (observe a ilustração 1: ao optar por uma das vias em um sistema de tráfego, inevitavelmente serão alcançados diferentes destinos): ao reinterpretar os movimentos sociais, as CS reinventaram sobre o que, no bojo das transformações históricas do século XX, já é uma inovação. Ainda que tenha desaparecido o sentido original dos movimentos sociais é preciso recuperar o sentido subjacente às interpretações, para que se chegue a alguma conclusão ou, pelo menos, uma indicação do novo sentido histórico que os movimentos sociais implicaram no devir histórico.

Ilustração 1 – “Diferentes vias levam a diferentes fortunas”



Atendo-se ao circuito das teorias dos movimentos sociais (MS), limitar-nos-emos a uma via de mão dupla, distribuindo as levas de categorias entre cada uma das prováveis direções, de modo que forneçam os dois conjuntos específicos de atributos do conceito geral – os movimentos sociais – indicando que há neles, sim, um sentido implícito nas análises. Como foi proposto inicialmente, colocamos os MS no centro da abordagem como se fosse uma ontologia da História, pois para aí devem congruir a teoria, que, no fundo, é a interpretação da realidade, e a realidade mesma. Análises à parte, os MS podem ser considerados ontológicos, também porque encarnam, em si, a ação com o propósito de intervir na sociedade, seja ele velho ou novo, avançado ou retrógrado, do proletariado ou de

negros, mulheres, homossexuais, pacifistas etc., os MS atuam no meio histórico em que estão inseridos. Independentemente da forma como isso ocorra, o vir-a-ser é o campo da ação ontológica dos MS.

Dadas tais afirmativas, as teorias dos MS, por sua vez, supostamente expressam distintas maneiras de se perceber as dimensões ontológicas de seus objetos de estudo, a partir do lugar que estes ocupam no “vir-a-ser”. Em alguns momentos, esta percepção é mais ou menos clara, dependendo do quanto a intenção que está sendo proposta para uma diferente ontologia da História, é explícita e manifesta. Geralmente, esta intenção se apresenta como argumentação metodológica, tornando implícito a dimensão do ontológico subliminar. Destacando as categorias de análise do conceito de MS (quadro 2), encontramos tamanha diversificação, que só muito esquematicamente, a princípio, com o intuito de iluminar a questão de fundo, surgem dois principais conjuntos de categorias.

Quadro 2 - Via de Mão Dupla: Conjuntos de Categorias de Análises dos MS

MÃO – 1º grupo	CONTRAMÃO – 2º grupo
Transformação, ideologia, dominação, libertação, classe, organização, práxis, vanguarda, dialética, totalidade, capitalismo, partido, cultura, estrutura, popular, produção, contradição, luta de classes, sistema, autoridade, coerção, conflito, programa, antagonismo, coletivo, consciência de classe, urbano, sociedade civil, Estado, cultura política, democracia.	Transformação, dominação, libertação, organização, cultura, popular, consenso, integração, coerção, conflito, associação, grupos, antagonismo, comportamento, coletivo, historicidade, agentes, desejo, interesses, contingência, singularidades, particulares, saber, fazer, autonomia, público, política cultural, representações, identidades, resistência, cotidiano, experiência, linguagem, rede, simbólico, diversidade, pluralismo.

Assim como existem categorias que estão nos dois lados do quadro, não se diferenciou nesta divisão, velhas e novas teorias dos MS. Isto se justifica pelo fato de terem sido encontradas três tendências maiores: a) a puramente marxista, cuja conceituação é derivada quase exclusivamente do pensamento de Marx no que concerne às suas categorias centrais; b) a análise mista, que conjuga conceitos derivados do marxismo com outros que não se encontravam originalmente em Marx; c) as não-marxistas, que se utilizam de outras referências teóricas e ressignificam conceitos que poderiam estar vinculados ao marxismo, dissociando-os deste. Nas análises mais recentes, os dois últimos grupos são predominantes. Entretanto, a utilização de categorias antigas em novas teorias dos MS revela a permanente necessidade de complementaridade sobre as inovações epistemológicas trazidas. Em suma, a questão que se coloca é sobre quais são os postulados que atualmente permitem efetuar uma distinção entre duas tendências opostas nas análises dos MS.

7. Totalidade e fragmentação

Buscando responder a questão levantada, do limite que caracteriza uma oposição entre os dois complexos teóricos capazes de abarcar a inteireza dos MS, provavelmente, são estes os dois termos pelos quais se torna possível (re)classificar as teorias dos MS, do ponto

de vista de sua ontologia. Mais correto é apresentá-los como tendências, visto que não existem fronteiras claramente demarcadas e reivindicadas. Se ativermos à observação cuidadosa das diversas análises dos MS, constatamos que, enquanto algumas delas se concentram em cada movimento em si, estudando suas relações internas, sua identidade, como formas autônomas e desprendidas de uma série de relações sociais, outras buscam inserir os MS em um conjunto mais amplos de diferentes relações sociais, envolvendo-os, buscando o entendimento dos MS dentro do meio no qual eles são expressos. Estas últimas podem ter uma origem de cunho marxista, mas não necessariamente.

A ligação com o marxismo fica mais proeminente quando, por exemplo, os MS são vinculados às relações produtivas capitalistas ou quando se admite a importância da categoria de classe. Por outro lado, noções como Estado, sociedade civil ou mesmo democracia (que já existiam nos discursos marxistas), recebem novos tratamentos que alteram profundamente o que se consideraria algo típico do marxismo.

Para além dessas possibilidades, restam os usos de novas categorias que no trato particular dado pelas respectivas teorias, buscam superar as demais tendências através de um enfoque diferenciado, centrado nos MS. Nelas são comuns as contribuições advindas do campo da linguagem, somadas a conceitos co-partícipes, como cotidiano, resistência, experiência, pluralismo, autonomia, historicidade, simbólico etc.

É dessa maneira que aqui se entende uma provável divisão no conjunto das teorias dos MS, entre aquelas que possuem uma tendência à totalidade e as que possuem uma tendência contrária, à fragmentação – categorias estas que, obviamente, necessitam de um exame cuidadoso para que tenham seus respectivos significados completamente desvelados. No quadro 2 do item anterior, associamos, no 1º grupo, categorias que denotam um princípio de totalidade e, no 2º grupo, aquelas que denotam um princípio de fragmentação, sublinhando a insuficiência da investigação para se discernir as fronteiras entre ambos os grupos que, apesar disso, possuem, marcadamente, esta clivagem.

8. Conclusão

Enfim, podemos nos orientar pela idéia de que a suposta divisão entre totalidade e fragmentação decorre das inúmeras inovações metodológicas que se incorporaram nas teorias dos MS. Creio ser esta uma conclusão correta. Contudo, a profundidade de tais inovações, caracterizadas por um rompimento epistemológico, pode levar a uma diferenciação na ontologia da História, quando vista pela ótica dos MS.

Através da metáfora da via de mão dupla, temos em uma das vias (a mão) um constructo teórico que, ao tender para a totalidade, dá um sentido para a História e define os sujeitos como construtores deste sentido, ou seja, sujeitos que agem no sentido de controlar os rumos da História. Já tomando o pressuposto que os MS visam à transformação social por meio da ação, temos na outra via (a contramão), uma decomposição de tendência contínua à fragmentação que perde o sentido da História, voltando a ação dos sujeitos para eles próprios, como se estivessem à parte do transcurso histórico – que já não possui mais sentido algum.

A referência à dimensão ontológica dos MS deve levar à reflexão sobre o uso que se faz da História, para além de questões aparentemente metodológicas. Enquanto métodos são indispensáveis as maturações trazidas pelas inovações teóricas, demonstradas na riqueza que toma conta das análises atuais. Não basta uma totalidade que careça das averiguações mais

particulares; não se justifica uma fragmentação que perca a dimensão do conjunto, seccionando *ad infinitum* as partes. A análise dos MS que se permitir a buscar as relações entre o fragmento e a totalidade, constituirá em resultados potencialmente mais frutíferos para a História.

Referências

- ALVAREZ, Sonia E., DAGNINO, Evelina e ESCOBAR, Arturo. **Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino-Americanos**. Novas leituras. Belo Horizonte: UFMG, 2000.
- CASTORIADIS, Cornelius. **A Experiência do Movimento Operário**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- DOIMO, Ana Maria. **A Vez e a Voz do Popular**. Movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70. Rio de Janeiro: Relumê Dumará, ANPOCS, 1995.
- DOSSE, François. **História do Estruturalismo**. 2. ed. Bauru: Edusc, 2007.
- HOBBSAWM, Eric J. **Rebeldes primitivos**: estudos sobre formas arcaicas de movimentos sociais nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- JACOBI, Pedro. **Movimentos Sociais e Políticas Públicas**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1993.
- SADER, Eder. **Quando Novos Personagens entraram em Cena**: Experiências, Falas e Lutas dos Trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela Mão de Alice**. O social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 1995.
- SCHERER-WARREN, Ilse. **Cidadania e multiculturalismo**: a teoria social no Brasil contemporâneo. Lisboa: Socius; Florianópolis: Ed. da UFSC, 2000.
- _____. **Movimentos Sociais**: um ensaio de interpretação sociológica. 3. ed. Florianópolis: UFSC, 1989.
- _____. **Redes de Movimentos Sociais**. São Paulo: Loyola, 1993.
- SCOTT, James C. Formas Cotidianas da Resistência Camponesa. In: **Raízes**: Revista de Ciências Sociais e Econômicas, v. 21, n. 1, janeiro-junho 2002, p. 10-43.
- SCOTT, Joan W. A Invisibilidade da Experiência. In: **Projeto História**. São Paulo: EDUC, n. 16, fevereiro 1998.

Artigo recebido em 31/05/2010

Artigo aceito em 21/07/2010